



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

ALOCUÇÃO

DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO

KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA SUBORDINADA AO

TEMA “O OBJECTIVO DO CONTROLO EXTERNO DAS

CONTAS DO ESTADO E OS MODELOS DE

INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO”

Salão Nobre do MNE,

18 de Março de 2011

Excelências

Senhoras e Senhores,

É com muito prazer que estou aqui hoje para dar as boas-vindas a todos os participantes desta Conferência, particularmente aos nossos convidados que vieram de Portugal e da Austrália para partilharem connosco a sua vasta experiência.

O evento de hoje representa mais um passo importante na promoção da Boa Governação, na transparência, responsabilização, rigor e eficácia da gestão das finanças públicas.

Esta Conferência vem, portanto, divulgar publicamente um dos projectos mais relevantes deste Governo que é o desenvolvimento de uma Instituição Superior de Controlo em Timor-Leste, permitindo ainda que haja um debate informado, quer sobre os objectivos desta Instituição, quer sobre os vários modelos que podem, ou devem, ser seguidos.

Foi precisamente neste sentido que, há uns anos atrás, em conversa com o meu estimado amigo Prof. D' Oliveira Martins, manifestei interesse na cooperação com o Tribunal de Contas de Portugal para a criação de uma idêntica instituição de controlo das contas públicas em Timor-Leste e que, desde então, tem correspondido de várias formas a esse meu apelo, culminando com a sua presença nesta ilustre Conferência, viajando de longe, e a quem apresento, por isso, um especial agradecimento.

Senhoras e Senhores,

Incutir rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos não constitui, porém, uma tarefa fácil. Sabemos que o mundo, mesmo o mundo mais desenvolvido, se debate frequentemente com questões de falta de transparência, desperdício e ineficácia dos gastos do sector público, sendo corrente ouvir-se falar num sentimento generalizado de impunidade.

Temos consciência que, em Timor-Leste, onde a maioria da população subsiste na pobreza, é ainda mais imperativo gerir bem e com rigor os dinheiros públicos. Por isso, o combate ao desperdício e às más práticas exige uma intervenção e esforços continuados, não só por parte do Governo, como também dos restantes Órgãos de Soberania e do Estado, Administração Pública e Sociedade Civil em geral.

É pois neste sentido que um longo caminho tem vindo a ser percorrido desde Agosto de 2007, aquando da tomada de posse deste Governo, no que respeita à reforma da gestão do Estado, incluindo o reforço da capacidade institucional da Administração Pública com o objectivo de defender os melhores interesses do País, melhorar a prestação dos serviços públicos e, claro, promover a boa governação, sobretudo no que diz respeito às contas públicas.

Conseguimos progressos consideráveis, através de reformas na área da Gestão das Finanças Públicas que se traduziram no aumento da eficiência dos serviços prestados e com uma maior descentralização. Aliás, o processo de reforma e de melhoria continua todos os dias, passo a passo, à medida que continuamos a desenvolver os alicerces já construídos.

Foi também neste sentido que foi criada a Comissão da Função Pública e a Comissão Anti-Corrupção e que se reforçou a Inspeção-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral da República. Por outro lado, no final do ano passado, assistimos também ao Tribunal de Recurso a pronunciar-se, pela primeira vez, sobre as Contas do Estado relativas ao ano de 2009.

Timor-Leste tem vindo a subir no “ranking” mundial da transparência internacional que é medido pelo Índice de Percepções de Corrupção (IPC): em 2010 subiu 19 posições comparativamente com o índice de 2009. Em Julho do ano passado tornámo-nos o terceiro país em todo o mundo a receber o estatuto de conformidade total com a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas e, em Outubro do ano passado, fomos reconhecidos no primeiro índice de sempre da Revenue Watch como um Governo com Transparência Abrangente ao nível das Receitas.

Além disso, apenas há dois dias atrás assistimos ao lançamento do Portal da Transparência de Timor-Leste que permite ter dados disponíveis sobre as despesas do Estado, em tempo real, passíveis de consulta pública pelo Povo, através de um portal electrónico. Em Agosto deste ano, este esforço de transparência e disponibilização de informação de interesse público à população, será reforçado com o lançamento do Portal do Aprovisionamento.

Bastará aceder a um computador, em casa, no serviço ou em qualquer outro lugar, em Timor-Leste ou no mundo, para consultar dados tão importantes como o grau de execução do orçamento do Estado e, em breve, ter acesso aos processos relativos ao

aprovisionamento público. Podemos dizer que estamos a tentar tirar o maior partido da evolução tecnológica para inculcar o espírito de transparência e rigor, associados à participação pública, na nossa sociedade.

Excelências

Senhoras e senhores,

Após anos de sacrifícios por parte do nosso Povo para conquistar a Independência da nossa Nação, consideramos que a boa gestão dos recursos públicos de Timor-Leste, não é só necessária, é obrigatória! E, claro, tem que satisfazer as necessidades colectivas dos timorenses.

Cabe ao Governo cumprir este objectivo e cabe às Instituições Superiores de Controlo assegurar que o Governo cumpre mesmo este objectivo.

Segundo a nossa Constituição, como sabem, o Governo propõe e executa o orçamento do Estado e apresenta as respectivas contas anuais, sendo que o Parlamento Nacional aprova e fiscaliza politicamente e o poder judicial (o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, a ser criado) fiscaliza a aplicação legal e regular, do ponto de vista financeiro, dessa execução e promove o julgamento da Conta Geral do Estado.

Essa fiscalização passará pela análise da economia, eficiência e eficácia dos meios financeiros utilizados e dos resultados alcançados, numa perspectiva independente e técnica, e que terá, entre outros, o efeito de estimular uma gestão financeira rigorosa, a transparência e a responsabilidade.

É neste sentido que estamos verdadeiramente empenhados em desenvolver a futura Câmara de Contas, que permitirá uma maior protecção contra as diversas formas de fraude e corrupção. Consideramos que a existência de uma instituição desta natureza contribui, inquestionavelmente, para a consolidação da democracia financeira do nosso jovem país.

É, também neste sentido, que o Governo, através do Ministério da Justiça, preparou um projecto de proposta de lei que prevê a criação da Câmara de Contas, que aliás já foi apresentada e discutida em Conselho de Ministros, mas dada a importância da iniciativa e a necessidade de corresponder às actuais exigências do controlo financeiro e à organização da

administração pública timorense, bem como, naturalmente, ao estágio de desenvolvimento da nossa economia, foi entendido que merecia uma discussão mais alargada.

Hoje temos uma oportunidade única de iniciar este debate, considerando que temos o privilégio de contar com especialistas nesta matéria. Podemos, em conjunto, esclarecer grande parte das dúvidas e questões levantadas, de modo a escolhermos o regime adequado e adaptado à realidade jurídico-financeira timorense, acolhendo assim os contributos de todos os que aqui estão presentes.

Sendo a Câmara de Contas uma instituição cuja actuação será transversal a toda a administração pública, entendo ser da maior importância reunir um consenso alargado à volta do respectivo projecto.

Outra das minhas grandes preocupações, aliás um dos grandes desafios deste Governo, é que as Instituições que venham a ser criadas fiquem reduzidas a um mero regime formal e que, na prática, não existam por não terem meios e condições de funcionar. E o regular e correcto funcionamento de qualquer entidade passará, essencialmente, pela percepção das funções a desempenhar e, acima de tudo, pela existência de meios humanos capacitados para o exercício das funções que lhes serão cometidas.

Este é, certamente, um dos principais desafios de Timor-Leste: capacitar os seus recursos humanos de modo a que, com autonomia, conhecimento técnico e independência, desenvolvam as actividades a que são afectos, questão essencial para o desenvolvimento e credibilização da futura Câmara de Contas, como, aliás, de qualquer entidade que seja criada de novo.

E aqui contamos, permito-me dizer, mais uma vez, com o apoio do Prof. Oliveira Martins e com a ilustre instituição a que preside. Numa estreita cooperação que tem vindo a ser desenvolvida pela Sra. Ministra da Justiça e que em breve se concretizará neste plano da capacitação dos recursos humanos, os jovens, e alguns menos jovens, que a experiência é sempre uma mais-valia, técnicos cujo recrutamento terminou esta semana, irão iniciar em Portugal a sua formação específica, começando, assim, a sua aprendizagem nesta área complexa do controlo financeiro.

Fico ainda muito satisfeito, e claro, agradecido, que o Tribunal de Contas de Portugal, tenha aceite acolher na sua própria estrutura organizacional, estes técnicos para receberem

formação, adquirindo, deste modo, conhecimentos científicos e práticos adequados ao exercício da difícil tarefa que os espera, os de auditar as contas públicas timorenses.

Senhoras e senhores,

Não posso esperar menos do que a criação de uma Câmara de Contas que venha a ser uma instituição credível, isenta e rigorosa tecnicamente, de modo a constituir, de facto, um motor impulsionador no importante combate contra o desperdício dos recursos financeiros públicos.

Este será, sem dúvida, mais um passo nesta árdua tarefa que o nosso Estado, e refiro-me a todas as Instituições do Estado, tem vindo a dar no combate à corrupção e, por consequência, na redução da pobreza.

Neste processo, nós que desempenhamos funções nos diversos órgãos de soberania e nos vários serviços da nossa Administração Pública – nós que somos Servidores Públicos – temos grandes responsabilidades.

No que respeita a esta matéria da gestão financeira dos recursos públicos, temos que saber criticar, com isenção, independência e rigor técnico, os actos e práticas que mereçam ser criticadas, e saber aceitar as críticas que são feitas, que devem ser construtivas, e naturalmente acompanhadas de recomendações que, de modo claro, permitam ultrapassar as deficiências detectadas.

É por isso que a criação da futura Câmara de Contas deve constituir um desígnio de todos nós, na medida em que cabe ao Governo aprovar a redacção final da proposta de lei que se encontra em discussão, mas também caberá ao Parlamento Nacional cuidar de desenvolver o respectivo procedimento legislativo com a urgência possível e apresentar a lei então aprovada à Presidência da República entidade à qual, por sua vez, caberá promover, conferindo-lhe a prioridade merecida, a sua promulgação.

Quem sabe se todos nós fizermos este esforço conjunto, conseguiríamos que, no próximo dia 29 de Junho, aquando da celebração dos 15 anos da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP que iremos acolher aqui na cidade de Díli, Timor-Leste, o único dos países lusófonos que não dispõe de tal Instituição, poderia, formal e materialmente, passar a ser membro de pleno direito daquela Organização, abandonando

assim o estatuto de mero Observador com que tem participado nos seus trabalhos e nas respectivas Assembleias Gerais.

Fechar-se-ia, assim, um ciclo, dando início a um novo, em que a cooperação, nomeadamente na área da capacitação dos recursos humanos e intercâmbio de experiências conheceria um novo patamar!

É esse o desafio que vos deixo, em particular aos titulares dos Órgãos de Soberania aqui presentes, a quem constitucionalmente se encontra cometido os poderes para tal.

Gostaria, antes de terminar, de congratular a Ministra da Justiça, e toda a sua equipa, pela organização desta importante iniciativa, que só vem reafirmar todo o empenho e dedicação a este projecto fundamental para o desenvolvimento da Justiça e, particularmente, para a promoção da Boa Governação em Timor-Leste.

Finalmente, agradeço, mais uma vez a presença do meu querido amigo e Presidente do Tribunal de Contas de Portugal pela colaboração e disponibilidade demonstrada na concretização deste nosso objectivo.

Também ao Sr. Conselheiro José Tavares, que irá partilhar connosco o seu profundo conhecimento sobre o funcionamento do Tribunal de Contas de Portugal e toda a experiência que tem vindo a acumular na área da cooperação com as demais Instituições Superiores de Controlo da CPLP.

Não poderei, por último, deixar de agradecer a colaboração de Camberra, nomeadamente através da solícita designação de um especialista, Sr. Emir Muir, para estar aqui connosco e apresentar o modelo de influência inglesa deste tipo de Instituições, pois conhecer os vários modelos existentes permite-nos escolher, fundamentadamente, o melhor modelo que servirá Timor-Leste e que se mais aproprie à concreta realidade do nosso País.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

18 de Março de 2011